



PREFEITURA MUNICIPAL DE

*Taiúva*

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026</b>		Abertura em <b>29/05/2026 às 08h</b> no sítio	
<b>PROCESSO Nº 22/2026</b>		<a href="http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/">http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/</a>	
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços técnicos continuados no âmbito da Política de Assistência Social, compreendendo atividades da Proteção Social Básica (PAIF e SCFV) e execução de medidas socioeducativas em meio aberto (LA/PSC), conforme especificações constantes neste edital e respectivos anexos.			
<b>valor estimado:</b> <b>Item 1</b> – Proteção Social Básica (PAIF e SCFV): R\$ 62.000,00. <b>Item 2</b> – Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (LA/PSC): R\$ 62.000,00. Valor global estimado: R\$ 124.000,00.			
<b>REGISTRO DE PREÇOS</b>	<b>VISITA TÉCNICA</b>	<b>INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>	<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO</b>
Não	Não	Sim	Por item
<b>DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO</b>			
<b>TODOS OS DOCUMENTOS RELACIONADOS NO ITEM XI – HABILITAÇÃO</b>			
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.			
<b>EXCLUSIVA ME/EPP</b>	<b>RESERVA COTA ME/EPP</b>	<b>CATÁLOGO</b>	
Não	Não	Não	
<b>PRAZO PARA ENVIO PROPOSTAS:</b>			
19/05/2026 às 7h até o dia 29/05/2026 às 7h59			
<b>PEDIDOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES</b>			
Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame			
<b>TIPO</b>			
Menor preço por item			
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS</b>			
A disputa dar-se-á pelo <b>MODO ABERTO</b>			



PREFEITURA MUNICIPAL DE

*Taiúva*

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026**

**OBJETO:** Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços técnicos continuados no âmbito da Política de Assistência Social.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**DATA DA SESSÃO:** 29/05/2026. **HORÁRIO:** 8h.

**FORMATAÇÃO:** ELETRÔNICA

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>

**DISPUTA DE LANCES:** ABERTA

**ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>

**I. PREÂMBULO**

**1.1. O MUNICÍPIO DE TAIÚVA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 45.339.611/0001-05, com sede administrativa na Rua Vinte e Um de Abril, nº 334, Centro, Taiúva/SP, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em sua forma eletrônica, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços técnicos continuados no âmbito da Política de Assistência Social, conforme especificações constantes neste edital e respectivos anexos.

**1.2.** O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 3.144/2023 e demais disposições aplicáveis.

**1.3.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela internet.

**1.4.** Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira designada, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>

**1.5.** O edital estará disponível gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na plataforma eletrônica do Município e no sítio oficial: <https://www.taiuva.sp.gov.br/licitacao>

**1.6.** Serão observados os seguintes horários:

I – Recebimento das propostas: das 07h00 do dia 19/05/2026 até às 07h59min do dia 29/05/2026;

II – Início da sessão pública: às 08h00 do dia 29/05/2026.

**1.7.** Todas as referências de tempo observarão o horário de Brasília/DF.

## II. DO OBJETO

**2.1.** Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços técnicos continuados no âmbito da Política de Assistência Social, compreendendo:

### ITEM 1 – MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO (LA/PSC)

Prestação de serviços técnicos especializados para atendimento e acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

### ITEM 2 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PAIF e SCFV)

Prestação de serviços voltados à execução de atividades coletivas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, compreendendo:

I – execução de grupo semanal do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II – execução de grupo semanal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

**2.2.** As especificações completas constam do Termo de Referência – Anexo I.

## III. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, observadas as seguintes classificações:

**Ficha 226**

**02 - Executivo**

**02.07 – Fundo Municipal de Assistência Social**

**08.244.0021.2047 – Manutenção Programas Assistência Social - Estado**

**3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

## IV. CREDENCIAMENTO

**4.1.** O credenciamento deverá ser realizado no Portal de Compras Municipal, no endereço: <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>

**4.2.** O credenciamento implica responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

**4.3.** A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome.

**4.4.** É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos dados cadastrais e mantê-los atualizados.

## V. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

**5.1.** Será assegurado tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

**5.2.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**5.3.** Ocorrendo empate na forma do item anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

**5.4.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 5.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**5.5.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que esta apresente alguma restrição.

**5.6.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da declaração de vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**5.7.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato administrativo.

## VI. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

**6.1.** Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da contratação e que estejam regularmente credenciados no Portal de Compras Municipal.

**6.2.** Não poderão participar:

I – empresas impedidas de licitar e contratar;

II – empresas declaradas inidôneas;

III – empresas que não atendam às condições deste edital;

IV – empresas enquadradas nas hipóteses do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

V – empresas em processo de falência, ressalvada a hipótese de apresentação de certidão, plano de recuperação judicial homologado ou documento equivalente que demonstre viabilidade econômico-financeira, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência consolidada dos Tribunais.

**6.3.** Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

**6.4.** A vedação à participação em consórcio justifica-se em razão da natureza do objeto, da ausência de complexidade técnica relevante, da possibilidade de execução integral por empresa individualmente considerada e da necessidade de simplificação da gestão e fiscalização contratual.

**6.5.** A participação implica aceitação integral das condições deste edital.

## **VII. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**7.1.** Os licitantes encaminharão proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e horário estabelecidos.

**7.2.** A proposta deverá conter:

I – descrição detalhada do objeto;

II – valor unitário e total do item;

III – validade mínima de 60 (sessenta) dias.

**7.3.** Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual.

**7.4.** A proposta deverá considerar todas as obrigações previstas no Termo de Referência.

## **VIII. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**8.1.** O licitante deverá preencher no sistema eletrônico:

I – descrição do objeto ofertado;

II – valor ofertado;

III – informações complementares exigidas no edital.

**8.2.** Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade da licitante.

**8.3.** Não serão admitidas propostas com valores superiores aos estimados pela Administração.

## **IX. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**9.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

**9.2.** A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**9.3.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**9.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



**9.6.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

**9.7.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**9.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

**9.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

**9.10.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTA"**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

**9.11.1.** O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5% (meio por cento).

**9.12.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos.

**9.12.1.** Na hipótese de serem ofertados novos lances, nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública, haverá prorrogação automática por igual período.

**9.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**9.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente, prosseguindo o sistema com a ordenação e divulgação dos lances, conforme a ordem final de classificação.

**9.14.** Definida a melhor proposta, caso a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

**9.14.1.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**9.15.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**9.16.** Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**9.17.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

**9.18.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira.

**9.19.** No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

**9.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da pregoeira aos participantes do certame, publicada no **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. A sessão será reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**9.21.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste edital e seus anexos.

**9.22.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**9.23.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

**9.24.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**9.25.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**9.26.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**9.27.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**9.28.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**9.29.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase do modo de disputa aberta.

**9.30.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

**c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**9.31.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**a)** empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

**b)** empresas brasileiras;

**c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**9.32.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

**9.33.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.34.** A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

**9.35.** Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **X. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1.** Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

**10.2.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

**10.3.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**10.4.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado,



acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**10.5.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**10.6.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade de sua proposta.

**10.7.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

**10.8.** A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.9.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.

**10.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.11.** Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**10.12.** A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

**10.13.** Também nas hipóteses em que a pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**10.14.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**10.15.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

## **XI. DA HABILITAÇÃO**

**11.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, e ainda nos seguintes cadastros:

**a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));

**b)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**c)** Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado onde a empresa estiver sediada.

**11.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**11.3.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**11.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**11.5.** Constatada a existência de sanção, a pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.6.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**11.7.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, em relação à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

**11.8.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**11.9.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**11.10.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

**11.11.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**11.12.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**11.13.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles

documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.14.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**11.15. Os licitantes deverão encaminhar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da convocação para esse fim expedida, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação. Nada impede, contudo, que o licitante antecipe o envio desses documentos, anexando-os à proposta comercial.**

**11.15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a)** Registro Comercial no caso de empresa individual;

**b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades mercantis e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.

**c)** Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**11.15.1.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.15.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ); (disponível no site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));

**b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**c)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (disponível no site: [www.sifge.caixa.gov.br](http://www.sifge.caixa.gov.br));

**d)** Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal (mobiliário) do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame:**

**d1)** a regularidade para com a Fazenda **Federal** deverá ser comprovada pela apresentação da Certidão Conjunta Negativa de **Débitos relativos a tributos e contribuições federais** e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal ou emitida via internet (disponível no site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

**d2)** a regularidade para com a Fazenda **Estadual**, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação, deverá ser comprovada mediante apresentação da Certidão Negativa

de **Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado**, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou emitida via internet, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

**d3)** a regularidade com a Fazenda **Municipal** deverá ser comprovada por Certidão Negativa de **Tributos Mobiliários** expedida pelo Município em que o estabelecimento da empresa licitante estiver situado, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

**e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (disponível no site: [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br)).

**11.15.2.1.** O licitante detentor do menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**11.15.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:** Certidão negativa de falências expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**11.15.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**11.15. 4.1.** A licitante deverá comprovar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

**11.15.4.1.1.** Admitir-se-á o somatório de atestados.

**ITEM 1 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PAIF e SCFV)**

**11.15.4.2.** Será exigida comprovação de experiência na execução de atividades socioassistenciais ou socioeducativas de caráter coletivo, tais como condução de grupos, oficinas ou ações de convivência e fortalecimento de vínculos.

**11.15.4.3.** A contratada deverá disponibilizar profissional com formação compatível com as atividades propostas, tais como Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Educação Física, Artes Cênicas, Dança ou áreas correlatas.

**ITEM 2 – MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO (LA/PSC)**

**11.15.4.4.** Será exigida comprovação de experiência em serviços socioeducativos, preferencialmente relacionados ao atendimento de adolescentes, acompanhamento familiar, elaboração de relatórios técnicos ou atuação no âmbito do SUAS ou SINASE.

**11.15.4.5.** A contratada deverá disponibilizar profissional com formação em Serviço Social ou Psicologia, com registro no respectivo conselho profissional.

**11.15.4.6.** Os profissionais indicados deverão permanecer vinculados à execução contratual durante toda a vigência do contrato.

**11.15.4.7.** A Administração poderá exigir substituição imediata de profissional cuja atuação revele inadequação técnica, conduta incompatível ou descumprimento das diretrizes do serviço.

**11.16.** Os documentos de habilitação deverão ser apresentados sob a forma original, por cópia simples ou autenticada por cartório competente.



**11.17.** As certidões terão validade pelo prazo nela consignados. Na sua omissão, valerão por 90 (noventa) dias, contados da data de sua expedição.

**11.18.** A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos ou entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**11.19.** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligências para:

**a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.20.** Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**11.21.** Na hipótese de o licitante não atenda às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atende ao presente ato convocatório.

**11.22.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**11.23.** A proposta mais vantajosa ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, ela será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**11.24.** A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**11.25.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.

**11.26.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

**11.27.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será **declarado vencedor provisório**.



## 11.28. OUTRAS DECLARAÇÕES

**11.28.1.** O licitante deverá apresentar todas as declarações que constam do **ANEXO VII - DECLARAÇÃO CONJUNTA**, sendo:

- a) Que está ciente e concorda com as condições contidas estabelecidas neste edital e seus anexos;
- b) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos neste ato convocatório;
- c) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- e) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Declaração de conhecimento e aceite da Ata de Registro de Preços.

## XII. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

**12.1.** A proposta final do licitante declarado **vencedor deverá** ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas** a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

- a) Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**12.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da Ata de Registro de Preços e aplicação de eventual sanção à **detentora**, se for o caso.

**12.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante e procedência, vinculam a **detentora**.

**12.4.** Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**12.5.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**12.6.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**12.7.** A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**12.8.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### **XIII. DOS RECURSOS**

**13.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O licitante interessado deverá manifestar, no prazo de **10 (dez) minutos**, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

**13.2.1.** O recorrente terá, a partir de então, o **prazo 3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.3.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**13.4.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.5.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante deste edital.

**13.6.** A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.

### **XIV. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**14.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**a)** nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

**b)** quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**14.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**14.3.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**14.4.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **XV. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará a licitação.

## **XVI. DA CONTRATAÇÃO**

**16.1.** A contratação será formalizada mediante Contrato Administrativo.

**16.2.** A adjudicatária será convocada para assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**16.3.** O prazo de vigência contratual será até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**16.4.** A recusa injustificada em assinar o contrato sujeitará a empresa às sanções legais.

## **XVII. DO MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS**

**17.1.** Os serviços deverão ser executados em conformidade com o Termo de Referência.

**17.2.** A execução ocorrerá em espaço físico disponibilizado pelo Município.

**17.3.** Compete à Administração fornecer infraestrutura mínima necessária ao desenvolvimento das atividades.

**17.4.** Caberá à contratada fornecer todos os materiais de consumo necessários à execução das atividades, incluindo materiais pedagógicos, apostilas, canetas, lápis, impressos e demais insumos.

**17.5.** Todos os custos deverão estar incluídos na proposta apresentada.

**17.6.** A contratada deverá atuar de forma integrada com a equipe técnica municipal.

**17.7.** Os serviços deverão observar:

I – diretrizes do SUAS;

II – Política Nacional de Assistência Social;

III – Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV – Lei do SINASE;

V – normas éticas e profissionais aplicáveis.

**17.8.** A contratada deverá preservar o sigilo das informações e dados dos usuários atendidos.

**17.9.** A execução contratual não gerará vínculo trabalhista entre os profissionais da contratada e o Município.

## **XVIII. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**18.1.** A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado.

**18.2.** Compete ao fiscal:

- I – acompanhar a execução dos serviços;
- II – verificar o cumprimento das obrigações contratuais;
- III – emitir registros e relatórios;
- IV – comunicar irregularidades.

**18.3.** A fiscalização não exclui a responsabilidade da contratada.

## **XIX. DO PAGAMENTO**

**19.1.** O pagamento será realizado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal e comprovação da regular execução dos serviços.

**19.2.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias.

**19.3.** O pagamento dependerá da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

## **XX. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas nos artigos 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições deste edital, do contrato administrativo e da legislação aplicável.

**20.2.** Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei:

- I – dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- II – deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- III – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- IV – comportar-se de modo inidôneo;
- V – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VI – ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto;
- VII – falhar na execução contratual;
- VIII – fraudar a licitação ou a execução do contrato.

**20.3.** Pela prática das infrações administrativas poderão ser aplicadas, observada a gravidade da conduta, a natureza e a extensão do dano, as seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE

*Taiúva*

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**20.4.** A aplicação das penalidades observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**20.5.** A aplicação das sanções administrativas não exclui a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração.

**20.6.** As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, na forma da legislação vigente.

**20.7.** A apuração das infrações e eventual aplicação de penalidades observarão procedimento administrativo próprio, assegurada a motivação da decisão administrativa.

## **XXI. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**21.1.** Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

**21.2.** A impugnação deverá ser feita exclusivamente através do **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, através do link: <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>; já os pedidos de esclarecimento deverão ser feitos através do endereço eletrônico: [licitacao@taiuva.sp.gov.br](mailto:licitacao@taiuva.sp.gov.br).

**21.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no **PORTAL DE COMPRAS MUNICIPAL**, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**21.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**21.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**21.6.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

**21.7.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**21.8.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**21.9.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o edital).



## XXII. DISPOSIÇÕES GERAIS

**22.1.** Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

**22.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

**22.3.** Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**22.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**22.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.10.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**22.11.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**22.12.** Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

**22.13.** Este pregão poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**22.14.** A anulação do pregão induz à extinção da ata de registro ou do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

*Taiúva*

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

**22.15.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**22.16.** É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**22.17.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): <https://pncp.gov.br/app/editais?q=taiuva&status=todos&pagina=1>, Portal de Compras Municipal: <http://45.235.186.19:8079/scpi9/comprasedital/> e no sítio eletrônico municipal: <https://www.taiuva.sp.gov.br/>.

**22.18.** Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Declaração Conjunta;

Anexo IV – Minuta de contrato.

**Taiúva**, 14 de maio de 2026.

**MAURO VICENTE BERSI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

